

**Atas #72**

**Reunião do Comitê Executivo**

**10 e 11 de maio, 2010, escritório da Unilever, Rotterdam, Holanda**

**Secretário:** Ben Zeehandelaar

**Membros do CE presentes:** Jan Kees Vis (Unilever), Jan Nicolai (Nutreco), Guillermo Terol (Grupo DAP), Christopher Wells (Santander), Cássio Franco (WWF), Jeroen Douglas (Solidaridad), Ashis Mondal (ASA), Álvaro Dilli (SLC), João Shimada (Grupo Maggi)

**Votos por representação:** Fundación Moises Bertoni & Ethos: representados pela Solidaridad

**Secretaria da RTRS:** Miguel Hernández, Cecília Gabutti, John Strak, Ben Zeehandelaar

**Observadores:** Frederik Vossenaar (LNV), Rosmarie Metz (GTZ), Michelle Morton (Shell), Karlijn van Lierop (MVO Product Board), Marieke Leegwater (MVO Product Board), Isabella Vitali (WWF, UK)

**1. Abertura – Jeroen Douglas**

O Presidente abre a reunião e oferece a Jan Kees Vis, anfitrião da reunião nos escritórios da Unilever de Rotterdam, a oportunidade de dar as boas-vindas aos presentes.

Quórum confirmado.

**2. Aprovação das atas da teleconferência do CE de 6 de abril (#71) – Miguel Hernández**

Lista de atividades (serão debatidos alguns pontos durante a agenda. Os pontos debatidos aqui são):

Validade de certificados (duração de 1 ano): Este assunto ficará aberto devido a que fará parte do processo de implementação.

É preciso que os produtores sejam membros para poderem ser certificados? São feitas as considerações seguintes:

- A qualidade de membro serve de função de controle.
- Certificação – O guia 65 da ISSO afirma: O acesso (a uma certificação) não pode estar condicionado pelo fato de o solicitante (associação ou grupo) ser membro ou não da instituição que emite a certificação. No entanto, os requisitos da RTRS sempre prevalecem sobre a norma ISO 65.
- Os Produtores não deveriam ter custos extras.

- Quando a certificação é obtida, o novo membro também deve ter direito a um voto na Assembléia Geral (para que todos na Associação tenham o mesmo direito de opinião).

Conclusão: O Comitê Executivo precisa ter um documento de discussão adequado para poder tomar uma decisão (para poder pensar corretamente sobre este ponto). A Secretaria preparará um documento com os prós e os contras de exigir aos produtores que sejam membros da RTRS para a próxima reunião do CE (8 de junho).

As atas são aprovadas.

### **3. Unidade Administrativa e de Governança (AGU) - Atualização – Christopher Wells**

#### **Atualização financeira 2010, atividades de arrecadação de fundos em 2010, auditorias e relatório de 2009, checklist de documentos da AG**

Tudo sob controle para 2010.

Foi feita uma auditoria da RTRS (2009). Chris a apresentará na próxima Assembléia Geral.

Para viabilizar o escoamento de dinheiro entre a Europa e a Argentina e para evitar custos desnecessários, a RTRS da Argentina deve abrir uma conta bancária na Europa. Chris facilita isto no Banco Santander.

Miguel solicitou ajuda financeira de companhias de Biocombustível; a BP analisou uma proposta e a expectativa é que a concretize. O montante ainda deve ser confirmado.

Frederik: ainda falta solicitar ao LNV a segunda parte de sua doação. Ainda falta enviar mais documentos para que o Ministério forneça os fundos. A entrega dos fundos não será feita antes de junho deste ano.

Bom trabalho da Veronica Chorkulak, Miguel Hernández e Christopher Wells.

### **4. Princípios e Critérios, nova versão. Unidade Técnica e de Programas (TPU) - Cecília Gabutti**

A Cecília explica a história do documento, o trabalho do Grupo Técnico Internacional e os principais acréscimos derivados das provas de campo e os Grupos Técnicos Nacionais e Interpretações Nacionais. O conteúdo e o formato também foram adaptados; resumo das principais mudanças no documento.

Apresentação das principais mudanças no 4.4, um dos critérios chave do padrão.

Sugere-se substituir no 4.4.1.2. c 'Em todos os outros biomas' por 'Em áreas sem floresta nativa'.

Sugere-se também esclarecer a hierarquia no critério e adicionar orientações sobre como ler o texto, sem interferir no texto concreto.

Também para esclarecer '(ver glossário)' deveria ser colocado depois do glossário nativo (sob (a) e (b)).

### Conclusão:

- 1- MUDANÇAS NA REDAÇÃO para ESCLARECER: Substituir no indicador 4.4.1.2. c 'Em todos os outros biomas' por 'Em áreas que não forem floresta nativa'.
- 2- ACRÉSCIMOS NA REDAÇÃO para ESCLARECER: Cada vez que a expressão "Floresta nativa" aparecer escrita nos indicadores, adicionar a referência seguinte "Ver glossário" (o objetivo é fazer com que as pessoas procurem a definição de floresta nativa no dicionário)
- 3 Na orientação deste critério, a hierarquia dentro do critério deve ficar clara. O Comitê entendeu e, por conseguinte, também o entenderam os membros atuais do CE no GTI, que os indicadores seguem uma hierarquia e esse fato não está bem expresso na redação atual.

Outros pontos levantados pela Cecília respeito da orientação 4.4 (anexo 1 no documentno) são: (1) a RTRS aprovou que deveriam ser entregues mapas em macro escala antes de dezembro de 2012. (2) a RTRS se compromete a compensar os Produtores em forma retroativa uma vez que o esquema de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) for desenvolvido.

O Comitê discutiu sobre a capacidade para fazer os pagamentos em forma retroativa, tal como foi proposto pelos membros do GTI. O Comitê reconhece a importância de incentivar os produtores, mas reconhece quanta incerteza haveria se for assumido esse compromisso neste momento.

Conclusões: (1) deixar o texto da maneira que ele está, (2) continuar conversando sobre este assunto fora da reunião. Com a ajuda do Álvaro e do Cássio, o João vai preparar algo sobre este assunto para a reunião do CE de junho.

### **Anexo aos P&C - Cecília Gabutti**

O anexo reflete o que deveria ser feito para que os produtores e as processadoras cumpram com a diretiva EU-RED. Outras áreas independentes terão suas próprias questões. O grupo de trabalho da EU-RED receberá um novo nome: grupo de trabalho de Biocombustíveis. Tudo no documento é obrigação legal ou, então, segue a metodologia da GTZ, que faz parte da legislação alemã. O documento está exatamente em linha com isto (na metodologia especificada). Poderiam

acontecer mudanças menores no acréscimo, Segundo as instruções finais futuras da UE; está pendente uma comunicação para ter o documento na sua versão final.

Conclusão (2): O anexo será incluído na versão final dos P&C e será enviado à AG com o intuito de informar.

### **Intervalo para o almoço**

#### **Anexo de Não-GM – Cássio Franco Moreira**

Cássio apresenta uma proposta para um anexo sobre Não-GM nos P&C. O anexo é uma forma de atrair mais produtores à associação com o intuito de amplificar a certificação da RTRS, com critérios simples como os apresentados.

Os membros do Comitê Executivo debatem a proposta. Alguns concordam com que essa é uma forma de adicionar valor à RTRS, diminuindo os custos de certificação para Produtores e fornecendo uma resposta aos usuários finais e às necessidades dos consumidores. Por outra parte, Guillermo Prone diz que a RTRS está recebendo cada vez mais anexo na Argentina e que a inclusão deste acréscimo haveria o risco de que a Argentina tenha uma reação negativa.

A ACSOJA não concorda com a inclusão deste anexo.

Não há consenso. A decisão sobre esta questão é adiada.

Conclusão: Solicita-se à Secretaria que crie um documento de posição sobre quando e o que adicionar ao padrão como anexo. Ele não será apresentado perante a AG. A decisão acerca dele será tomada no Comitê.

#### **Sistemas de verificação e credenciamento – Cecília Gabutti**

O primeiro rascunho foi criado pela Control Union. Depois, a RTRS decidiu contratar a ProForest e formar um grupo de trabalho para continuar trabalhando sobre o documento. Esse grupo de trabalho esteve formado por 2 representantes de cada um dos grupos da RTRS, mais 4

#### **Conclusão:**

O CE acorda os ajustes seguintes no esquema de verificação: (1) não incluir a revisão externa entre pares como parte do sistema de verificação pois isso elevará os custos da certificação. (2) O produtor que escolher a certificação parcial deverá adicionar um texto pelo qual ele se comprometerá a fazer uma curva de aprendizagem. (3) O resto do documento é aprovado tal como ele está apresentado. (4) Criar um mecanismo de revisão para o sistema de verificação para dentro de um ano (e depois disso, decidir se ele precisa de uma revisão anual). Em nível da AG (2011): compartilhar a estrutura do sistema de verificação e solicitar o mandato para ser responsável pela revisão do sistema no CE.

### Aspectos gerais

Para evitar debates sobre qual documento deveria ser apresentado perante a AG e sobre qual perante o CE, a Secretaria deixará tudo isto definido em um documento de referência no qual será explicada a hierarquia das tomadas de decisão e no qual, portanto, ficará definido qual política deverá ser aprovada na AG, qual no CE e qual na Secretaria.

### **Propostas para o sistema de Cadeia de Custódia – Cecília Gabutti**

Cecília apresenta as diferentes propostas decorrentes da licitação para o desenvolvimento do sistema de Cadeia de Custódia. Ver no Power Point um apanhado dos detalhes de cada proposta. As propostas foram feitas pela New Foresight, a ProForest e a Liz Muller.

Todos eles são candidatos fortes; eles se basearam em uma metodologia, em conhecimentos gerais sobre o processo da RTRS e nos seus documentos e orçamento. A ProForest é selecionada.

Conclusão: a ProForest é selecionada.

### **6. Atualização do Grupo de Trabalho de Biocombustíveis – Michelle Morton**

Michelle Morton apresenta o trabalho do grupo de trabalho. De aqui para o futuro, o grupo de trabalho se chamará de Grupo de Trabalho de Biocombustíveis.

É feita uma apresentação em Power Point com o processo do grupo de trabalho. Próximos passos para o grupo de trabalho: finalizar todos os documentos do plano para a solicitação para a RED; ter uma reunião prévia informal com a CE; modificar documentos, se for preciso; enviar o pacote final levando em conta os prazos de junho; tornar o programa de certificação da RTRS operacional; desenvolver a calculadora de carbono para utilizá-la em 2011. Espera-se que as questões remanescentes sejam esclarecidas pela CE dentro das próximas 2 semanas. A UE não receberá nenhuma solicitação antes da confirmação da CE sobre todos os elementos (documentos de orientação finais da EU RED).

Conclusão: Continuar esse processo e, quando todos os elementos estiverem presentes, proceder com a solicitação da CE.

### **7. Dutch Task Force**

Jeroen dá as boas-vindas à Dutch Task Force (DTF) na reunião do CE. Membros presentes: Henk Kant (ADM), Cornel Boere (CEHAVE), Leo Vogel (CEHAVE), Karst Vellinga (CEFETRA), Eddy Esselink (URM), Marlijn Somhorst (CBL), Paul Jansen (VION), Gijs Schenk (Schutter Groep), Angelique Custers (Rabobank), Nathalie Lecocq (Fediol), Frans Claassen (MVO), Henk Flipsen (Nevedi).

Vários assuntos são debatidos entre o Comitê Executivo e os membros da DTF: Atualização sobre as atividades e os progressos atuais; a possibilidade de um acréscimo sobre Não-GM; preparativos para a Assembléia Geral e próximos passos da RTRS para uma soja certificada para o mercado mundial. Além disso, desenvolvimentos na Holanda e na Bélgica vinculados com a adoção gradual dos princípios da RTRS (Iniciativa de Soja Sustentável). Pela noite, foi organizado um jantar informal com outros stakeholders da Holanda.

**11 de maio de 2010, Dia 2**

### Continuar com o ponto 5 da agenda do Dia 1

#### Rastreabilidade da licitação através da Internet – Cecília Gabutti

Cecília apresenta as diferentes propostas apresentadas à Secretaria da RTRS (ver em Power Point as propostas e orçamentos vinculados).

Considera-se que a RTRS precisa apenas de um sistema de comercialização de certificados (certificate trading system) e que as outras formas deveriam ser verificadas pelas Certificadoras.

Propõe-se criar um comitê/grupo de trabalho com representantes do CE para definir essa questão. Além disso, propõe-se redigir novamente a proposta de licitação com requisitos mais específicos e revisar as propostas que forem entrando.

O grupo de trabalho deveria incluir uma *trader* (Cargill, ADM) e um representante de um banco.

Guia para o grupo de trabalho: O CE deseja uma plataforma de comercialização de certificados centralizada; prefere trabalhar sobre uma tarifa plana em vez de sobre um “fluxo de caixa” vinculado a volumes; observar as ferramentas de comunicação para o sistema.

Ver no texto sobre o sistema de Rastreabilidade: ‘O SISTEMA DE RASTREABILIDADE DA RTRS ESTÁ FORMADO BASICAMENTE DE 3 PARTES PRINCIPAIS (3 BULLETS)’

O N°. 2 deve estar baseado no padrão do CoC, em que é mencionado como devem ser tratados certos valores e como a identidade do produto deve ser mantida. Não mantém controle sobre os volumes. Seu sistema de CoC não o faz. A questão é se você deseja ter informação sobre o volume resultante total.

A RTRS vai ter que contar com a possibilidade de revisar as declarações feitas pelas companhias. É impossível verificar todas as transações, mas deverá verificar-se em forma aleatória se o que é declarado é correto. De fato, sabemos onde começa a cadeia de fornecimento; não (sempre) sabemos onde acaba. A melhor conjectura sobre quanta soja RTRS foi produzida respeito de

quanta entra no mercado é algo que pode ser administrado da melhor maneira através de um sistema de certificados ou uma IP (Identidade Preservada) sobre balanço de massa. A declaração deve poder ser auditada.

Também existe dentro da RTRS o desejo de mostrar o crescente impacto no mercado (desejo ambicioso pelo fato de ser uma iniciativa de mudança no mercado). No estabelecimento agropecuário, só é possível verificar quanto é produzido, não quanta soja RTRS é vendida. É por isso que é necessário que o usuário final informe a fonte total de RTRS (em forma voluntária). Isto não seria feito pelas Certificadoras, mas por membros individuais. O auditor revisará esses números. Manutenção de cadastros: as companhias que utilizam a soja deveriam manter cadastros da quantidade de soja RTRS que compram para ser incluídas em seu relatório anual (não baseado na Internet; declarações de companhias individuais que são auditáveis). Momento da declaração: a companhia faz a declaração na compra de soja RTRS e depois de ter sido auditada.

Sugestão: será preciso contar com um mecanismo –um comitê de aprovação de declarações- na RTRS (na relação dos pendentes de desenvolvimento).

No começo do desenvolvimento deste tipo de informação é preciso ter um software administrativo.

Conclusão: Jan Kees Vis e Jan Nicolai formam o steering group do CE e, junto a 2 ou 3 operadores (membro *trader* e banco) vão formar um grupo de trabalho para revisar os termos de referência, fazer uma segunda rodada de licitação e selecionar propostas que dêem uma resposta às expectativas da plataforma de comercialização para a RTRS. A comercialização física deve ser verificada pelas Certificadoras. O CE se ocupa dos resultados seguintes: uma plataforma baseada na Internet sobre termos de certificados. Quanto ao fluxo físico: (1) oferecer às companhias que façam uma declaração através de sua Cadeia de Custódia, que deve poder ser auditada; (2) as companhias devem informar em forma anônima ou aberta para que a RTRS possa criar um documento genérico sobre volumes; (3) no Código de Conduta os membros se comprometem a melhorar a cada ano, a alcançar uma melhor performance (seguros de que há um progresso anual).

### **Agenda dia 2, ponto 2. Unidade de Serviços para o Produtor e de Atividades de Extensão – Ben Zeehandelaar**

Ben oferece uma atualização dos primeiros resultados do Programa de Extensão em 2010: A quantidade de membros subiu de 114 para 132 durante os primeiros 4 meses do ano atual. As atividades e os passos tomados em todas as regiões estão seguindo o planejado para alcançar os objetivos de 2010. O Programa de Extensão de 2 anos conclui em dezembro deste ano. Foi criada

e apresentada uma nova proposta de três anos (2011-2013) perante os doadores existentes do Programa de Extensão.

São apresentados os desafios para a RTRS para os próximos anos, as metas e a metodologia de trabalho. Será desenhada uma estratégia mais detalhada durante os próximos meses.

### **Registro de marca – Ben Zeehandelaar**

Ben apresenta várias opções sobre o registro de nome institucional e da marca registrada de logo.

Quanto ao desenho do logo: o CE propõe que ele contenha vários valores chave como: consenso, múltiplos stakeholders, Garantia de Sustentabilidade, elemento de One-Crop: grão ou folha.

Algumas considerações: registrar um termo tal como “soja responsável”, mas isso é excessivamente genérico. Também: há um mandato do CE de manter o desenho atual das letras atuais do nosso logo.

Conclusões: o Comitê decide aceitar a proposta A: registrar a RTRS (Round Table on Responsible Soy Association) como marca registrada tradicional (em lugar de marca de certificação).

Ben solicitará ao *designer* que apresente outra série de propostas com novas instruções do CE e solicitará a um segundo *designer* que apresente suas propostas. Na próxima reunião do CE, Ben apresentará novas propostas de logos.

## **4. Questões do Comitê Executivo – Parte 1**

### **Nova solicitação da Trafigura para ser membro da Associação – Miguel Hernández**

Breve introdução da história destes documentos e a nova documentação apresentada pela Trafigura, para ser considerada novamente como membro da RTRS.

O CE decide não aceitar a Trafigura ainda. Primeiro, a Secretaria solicitará da Trafigura uma “posição de *due diligence*” sobre as companhias de disposição de resíduos com as quais estão trabalhando.

Conclusão: a resposta da Trafigura sobre a postura de *due diligence* sobre companhias de disposição de resíduos servirá de material para uma decisão final do CE.

### **Atualização sobre a RT5 - Miguel Hernández e Ben Zeehandelaar**



95% da agenda é confirmado. Representantes da Argentina, Brasil, China, Índia, EUA, RU, Suíça, Chile, Holanda e Alemanha assinaram para participar da RT5. Ao todo, participarão representantes de 17 países diferentes.

Patrocinantes e Estratégia de Comunicações: a Noun Events foi contratada para a promoção de patrocinantes, ainda sem confirmações.

Comunicações: existe um site da Internet permanente para a RT5 atual e futura ([www.annualconference.responsiblesoy.org](http://www.annualconference.responsiblesoy.org)), mala direta freqüente da RT5, estratégia de mídia da RT5 no Brasil: contratação da agência *Fonte* (a mesma agência contratada para a RT4).

Atividades de extensão para atrair participantes: dia completo – Visita ao porto de Santos para Produtores no dia 8 de junho; Apresentação formal + recepção com membros do CE organizada para produtores no dia 8 de junho (pela presente, o CE fica convidado para a recepção); oferecer descontos para grupos que assinem para participar da RT5; reuniões bilaterais: convidar *stakeholders* individuais a participar; solicitar a membros e outros que coloquem banners no site da Internet; estratégia de Imprensa: a agência de imprensa *Fonte* fala e envolve à mídia do Brasil.

Atualização da agenda, confirmações e últimas emendas.

Sugestões: (1) Seria uma boa idéia adicionar ao seminário sobre GEE algo vinculado com alimentos e rações. Comenta-se que é uma iniciativa Global para carbono e Agricultura, para fazendas, (2) conselho de não incluir a questão dos biocombustíveis em tantos painéis da agenda, (3) Proposta para que alguém explique o 4.4 e os últimos trabalhos feitos pela RTRS (Cássio confirma sua disponibilidade para o dia 2 sessão 3).

### **Assuntos vários**

Plano de negócios da RTRS: por causa de novas decisões do CE, há vários aspectos vinculados com o plano de negócios que devem ser reconsiderados. Isso será apresentado no começo da próxima reunião, no dia 8 de junho.

**Data para a próxima reunião presencial do CE de final do ano: 1 e 2 de dezembro em Buenos Aires, Argentina.**

Lista de pendentes

Atividade #	Que	Quem	Quando
1	Documento de debate sobre prós e contras sobre a necessidade de que os produtores que desejem obter a certificação da RTRS também devam ser membros da Associação.	Secretaria	Reunião do CE, 8 de junho
2	Implementar mudanças de texto menores no P&C e compartilhar a nova versão com os membros da RTRS	Cecília/Secretaria	
3	Preparar uma apresentação sobre a discussão no Brasil acerca do Pagamento por Serviços Ambientais, sendo o Brasil uma das áreas em que esta questão está sendo debatida.	João/Álvaro, Cássio	Reunião do CE, 8 de junho
4	Documento de posição sobre acréscimo de Não-GM	Miguel	Maio
5	Criação de mecanismo de revisão para sistema de verificação	Cecília	Maio
6	Criação de documento de referência sobre responsabilidades nas decisões entre a AG e o CE	Secretaria	8 de junho
7	Reconhecimento da solicitação da RTRS como esquema voluntário da EU-RED	Grupo de Trabalho de Biocombustíveis	Junho
9	Confirmação da proposta para a Cadeia de Custódia feita pela ProForest.	Cecília	Maio
10	Breve sondagem entre os interessados sobre incluir um acréscimo sobre Não-GM/criar um grupo de trabalho sobre as possibilidades de um acréscimo sobre Não-GM	Secretaria	Maio
11	Formação de rastreabilidade do Grupo de Trabalho: Jan, Jan Kees, <i>trader</i> + banco	Jan, Jan Kees, Cecília	Maio
12	Confirmar registro de nome e logo institucionais com advogados (marca registrada tradicional). Confirmar o registro do logo depois de sua aprovação na próxima reunião do CE.	Ben	Maio/Junho
13	Trazer novas propostas de logos da RTRS	Ben	11 de junho (reunião do CE)
14	Solicitar à Trafigura a 'posição de <i>due diligence</i> ' sobre as companhias de disposição de resíduos com as quais estão	Secretaria	Maio



## Round Table on Responsible Soy Association

	trabalhando.		
15	Criação do Comitê de Reclamações	Secretaria/CE	Maio/Junho